

O INFORMATIVO SEMANAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA

Abiquim Informa

Ano 31 - nº 752 – 27 de julho de 2020

ABIQUIM

SINDELA, PROMOVENDO AGRADOS E PROFISSIONALISMO



Atuação Responsável
Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade



LIVE DA ABIQUIM

Indústria química debate a importância na competitividade e os impactos do Projeto de Lei do Gás com o relator do PL, deputado federal Laércio Oliveira

Reprodução: YouTube/Abiquim



A live "A importância da aprovação do PL do Gás para a competitividade da indústria brasileira", reuniu o relator do Projeto de Lei (PL) 6.407/2013, o PL do Gás, deputado Laércio Oliveira (PP-SE); o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace) e coordenador do Fórum do Gás, Paulo Pedrosa; a presidente do Grupo Solvay na América Latina, presidente da Unidade Global de Negócios Coatis do Grupo Solvay e vice-presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Daniela Manique; e o diretor de Suprimentos da Unigel, Luiz Nitschke.

Os convidados debateram sobre o trâmite do projeto de lei e os impactos que sua aprovação podem gerar na indústria brasileira especialmente no setor químico. A moderação da live, realizada no dia 24 de julho, foi feita pelo presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino; e pela gerente de Comunicação da Associação, Camila Matos.

A vice-presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Daniela Manique, também presidente do Grupo Solvay na América Latina, explicou que a empresa é um dos maiores consumidores de gás natural no estado de São Paulo, com plantas em Paulínia, Santo André e Taboão da Serra, e o insumo é importante para a competitividade na produção química, onde é usado como fonte de energia e matéria-prima. Manique explicou que o custo do gás natural no Brasil é três vezes superior ao pago pelos concorrentes no mercado externo, o que afeta a competitividade do setor químico no Brasil. “A abertura do mercado de gás, com novos fornecedores, trará competitividade e atrairá novos investimentos e empregos. A aprovação do PL é o início da cadeia para um novo marco regulatório e uma estrutura firme”.

O diretor de Suprimentos da Unigel, Luiz Nitschke, afirmou que com um gás natural mais competitivo a empresa, que arrendou as fábricas de fertilizantes da Petrobras na Bahia e em Sergipe, poderá ajudar o País a reduzir sua dependência do produto importado. “A ureia hoje é 100% importada e o Brasil depende dela para todo o seu agronegócio. A operação dessas duas unidades pode atender 20% do consumo local brasileiro, o que aumenta a segurança nacional. À medida em que o gás seja competitivo vamos poder voltar a operar, gerar empregos e trazer competitividade para indústria química abastecer o agronegócio. A operação das duas unidades deve gerar 2 mil empregos diretos e indiretos”.

Segundo o coordenador do Fórum do Gás, Paulo Pedrosa, o insumo precisa ser competitivo e são necessárias mudanças nas regras atuais do mercado. “O gás é para todos. O Brasil terá muito gás. Terá gás para termoeletricas se a energia for competitiva, o que não pode acontecer é o que alguns defendem de escolher lugares do Brasil e botar termoeletricas para justificar a necessidade de gasodutos, que hoje não são viáveis e criar um subsídio cruzado para o consumidor pagar energia elétrica mais cara para fazer a alegria dos aterradores de tubo do setor de gás sem benefícios maiores para a sociedade. Muitos dos setores do gás são viciados nas regras atuais, que garantem à maioria das empresas 20% de remuneração sobre tudo o que elas investem e o que elas custam. Um momento em que a indústria está vivendo uma crise ela precisa ser competitiva e ter preços (do gás natural) que caibam nos preços dos seus produtos”.

O deputado Laércio Oliveira (PP-SE) explicou que trabalha na promoção do diálogo com os demais parlamentares para conseguir aprovar o PL 6.407/2013, o PL do Gás, até o fim do mês. “Os interesses e obstáculos se misturam, existem interesses em manter a situação atual, manter o regime de outorga na forma que está. Chegamos em um momento em que é preciso resolver e resolveremos isso no parlamento”.

Outros temas

Durante a live, também foram recebidas perguntas sobre o tema. Abaixo as respostas.

Pergunta: Estive observando a PL.6407 na internet e vi que Adriano Pires e o deputado Rodrigo Maia têm algumas contrariedades, e afirmam que o projeto poderia ser melhorado. Por favor, Deputado Laércio; isto foi

resolvido?

Resposta deputado Laércio Oliveira: Acredito que o deputado Rodrigo Maia esteja aprofundando o conhecimento deste tema. O Adriano Pires é um consultor respeitado no setor e muito ouvido pelas lideranças do Congresso. Ele tem uma visão diferente do que está no projeto. Eu tenho estudado este tema há algum tempo e tenho clareza sobre a maturidade deste texto que foi aprovado na Comissão de Minas e Energia e entendo que o importante agora é aprovar o que é possível, deixando qualquer aprimoramento para um segundo momento. Ao mesmo tempo respeito o processo democrático e gostaria de ouvir a todos para não deixar passar nenhum ponto relevante.

(complemento equipe Abiquim): O PL 6.407/2013 está pronto para ser deliberado no plenário da Câmara dos Deputados. Há um enorme consenso em torno de inúmeras entidades, inclusive com o próprio governo federal (Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia). A expectativa é a de que a Nova Lei do Gás seja votada ainda em julho.

Por informações veiculadas pela imprensa, o consultor Adriano Pires e o deputado Rodrigo Maia recentemente discutiram a relevância do tema e buscaram um alinhamento final, para fazer avançar esse Projeto de Lei na Câmara dos Deputados. Segundo essas informações, o deputado Rodrigo Maia ao designar o relator compreendeu a demanda das diversas entidades, que solicitaram ao Executivo as alterações que aperfeiçoam o marco regulatório do gás natural, porém comentou que esse Projeto de Lei vai para apreciação final da Câmara para ser votado.

De qualquer forma, têm-se a expectativa positiva que a votação desse PL possa ocorrer com celeridade haja visto que o tema tem sido objeto de inúmeras reuniões entre os diversos elos da cadeia produtiva do gás natural e esse aperfeiçoamento e/ou eventuais melhorias poderão ser feitas posteriormente para não prejudicar o timing de aprovação e avanço em pontos em que já há consenso.

Pergunta: Todos sabem que o GN no Brasil se trata de um assunto muito complexo, mas seria possível ao menos apresentar quais são os problemas técnico-econômicos e quais os políticos nesse PL?

Resposta equipe Abiquim: O tema gás natural realmente tem inúmeras complexidades atualmente. As legislações vigentes ainda não conseguiram trazer os novos investimentos necessários para fazer a participação desse insumo crescer na matriz energética.

A mudança estrutural recente ocorreu em 2019, quando o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Petrobras assinaram um TCC (Termo de Compromisso de Cessão), onde a Petrobras se comprometeu a alienar ativos de gás natural. O principal objetivo foi o de estimular a concorrência entre players, por meio do potencial de entrada de novos agentes, que atrairiam novos investimentos nacionais e internacionais nos

diversos elos da cadeia produtiva do gás natural.

O Projeto de Lei 6.407/2013 atribui inúmeras responsabilidades para a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Outro ponto importante é a questão da regulamentação do consumidor livre, mencionada na Lei do Gás 11.909/2009, que apontava para que os estados criassem o ambiente de contratação livre entre novos agentes do setor, tais como a figura do consumidor livre, agente produtor, comercializador e importador, e que tem sido objeto de constantes negociações entre as partes interessadas.

Nesse ambiente complexo, as questões relativas às esferas de cunho Federal, Estadual e Municipal sempre trazem dificuldades negociais e acabam impactando na formação do preço final do gás natural para o consumidor. Dessa forma, o PL 6.407 traz a perspectiva de avançar, respeitados os contratos celebrados anteriormente.

Pergunta: Cadê estes incentivos? Trabalho em uma fábrica de médio porte no RJ e estou pagando US\$ 17/MMBTU!

Resposta deputado Laércio Oliveira: Justamente, hoje não tem incentivo. A indústria é desincentivada a usar o gás, por isso temos que aprovar a Lei do Gás, para a competição trazer a oportunidade para a indústria.

(complemento equipe Abiquim): O PL está exatamente tentando resolver esse problema. A competitividade em todos os elos da cadeia do gás só virá se o PL for aprovado.

Realmente, esse é sem dúvida um dos maiores preços de gás natural no mundo, porém as medidas ora em andamento, devem trazer o preço do gás natural para patamares mais competitivos.

As ações preconizadas pelo Novo Mercado de Gás e o PL 6.407/2013 introduzem aspectos concorrenciais no mercado. A alienação dos ativos da Petrobras, prevista no acordo com o CADE, para redução do agente dominante, tem prazo definido até 2021, e encontra-se em pleno andamento. Esse fato introduzirá novos players na cadeia produtiva. A mudança sugerida pelo PL 6.407/13 na qual as empresas precisem apenas de autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) em vez de passar por licitação pública para construir essas estruturas de gasodutos, reduz a burocracia e estimula a ampliação da rede de gasodutos, inclusive visando atender regiões interioranas.

A possibilidade de novas ofertantes de gás natural, seja o gás proveniente da Bolívia, em processo licitatório na ANP, seja através de terminais de GNL, representarão um acréscimo de novas ofertas de gás natural para o mercado e a expectativa é de diminuição do preço final do gás natural ao consumidor.

Pergunta: Por favor Deputado Laércio, nós, os cidadãos, podemos ajudar de alguma forma?

Resposta deputado Laércio Oliveira: Sim, claro. É muito importante que o Congresso saiba o que a sociedade quer

para o País. Mande um e-mail para os deputados do seu estado e para o Presidente da Câmara, que tem o poder de colocar o projeto em pauta para ser votado, pedindo a aprovação do projeto.

(complemento equipe Abiquim): Sem dúvida, a sociedade organizada pode apoiar a implementação das mudanças estruturais necessárias para melhorar a competitividade e atrair novos investimentos.

A atuação das empresas pode ocorrer através de suas associações de classe, as federações, as confederações e os sindicatos de trabalhadores podem trabalhar em objetivo comum de aperfeiçoar os modelos e regras, para melhorar a competitividade atrair novos investimentos, geração de renda e empregos.

Cada Estado pode contatar seus deputados e senadores em prol das medidas que estimulem a competitividade dessa atividade industrial.

Pergunta: Qual é a posição da bancada do Agronegócio frente ao PL do gás natural? Ou eles estão confortáveis com a importação de todos os fertilizantes nitrogenados que utilizam?

Resposta equipe Abiquim: A questão da competitividade está presente em todas as cadeias produtivas brasileiras, inclusive naquelas onde o Brasil possui vantagens comparativas, como é o caso do agronegócio. O gás natural é insumo energético e também matéria-prima para produção dos fertilizantes produzidos pela indústria química. Se os conceitos fundamentais do Novo Mercado do Gás tratam de modificar as estruturas existentes introduzindo competição, mais ofertantes, com objetivo de trazer esse insumo para níveis de preço que atraiam novos investimentos, todos certamente apoiarão esse processo.

A diminuição do preço do gás como energético será bem recebida por todos os segmentos consumidores, incluindo a indústria e seus clientes.

Pergunta: A referência de preços internacionais para a molécula de gás natural viabiliza os investimentos que novos entrantes no mercado livre teriam que fazer em redes de distribuição?

Resposta equipe Abiquim: A redução do preço da molécula interfere positivamente na viabilização dos investimentos nas redes de distribuição e transporte, no sentido de que estimulará o aumento do consumo e por consequência a remuneração dos investidores.

Além do mais, o Brasil e os investidores atuais e novos entrantes terão que se adaptar aos referenciais de preços internacionais, como aliás inúmeras empresas que atuam no Brasil já o fazem, uma vez que boa parcela dos players são internacionais.

Em resumo, o Brasil, caminhando para uma inserção mais internacional de referência de preços, terá que competir por esses novos investimentos com mercados globais. Vale lembrar, porém, que esse mercado proporciona investimentos tipicamente de rede, com contratos de longo prazo e cujas características atraem

investidores e empresas que sejam do mesmo core business, pois o mercado brasileiro, ainda deve apresentar elevadas taxas de crescimento.

Pergunta: O que faz o preço atual do GN ser tão caro se temos gás sobrando?

Resposta equipe Abiquim: Entendemos ser justamente a falta de concorrência. O modelo de precificação da Petrobras, a dificuldade de acesso ao gás produzido por outras empresas por limitação de acesso à infraestrutura de escoamento e tratamento complementam.

Um dos vetores que torna esses preços elevados é o monopólio existente em todos os elos da cadeia, desde a produção e transporte até a distribuição, mais as alíquotas dos impostos. Os preços estão caindo no mercado internacional e esse comportamento deve se repetir aqui na medida em que existam novos players e novas regulações em discussão avancem.

Por fim, como já comentamos, acreditamos que, com as medidas estruturais ora em andamento, a redução dos preços irá ocorrer proximamente.

Pergunta: Quanto o custo do gás está sendo bem compreendido pelo governo como essencial para a biossegurança do País? A pandemia está evidenciando esta fragilidade do tecido industrial brasileiro?

Resposta equipe Abiquim: A questão da competitividade está muito alinhada com as ações do Governo. Aliás, o conceito que tem fundamentado essas ações é o de estímulo da competição e quebra de monopólios, pela crença de que somente com concorrência o Brasil terá um mercado competitivo e atraente a novos investimentos.

Nesse aspecto, as iniciativas do Novo Mercado de Gás, o TCC do Cade/Petrobras, o recém-lançado Estudo do BNDES, intitulado Gás Para o Desenvolvimento, reforçam essas mudanças estruturais e caminham nessa direção.

Há um consenso de que não adianta o País possuir reservas naturais e se não explorar as mesmas adequadamente, em seu tempo, com benefícios para a sociedade em geral. Ainda mais, com o advento do pré-sal, uma oportunidade que precisa ser explorada, inclusive na fase de transição energética para uma economia de mais baixa emissão de carbono.

Além dessa questão energética, a atual crise de saúde mundial apontou fragilidades gerais no tecido industrial, das economias desenvolvidas às economias em desenvolvimento. Essa questão precisa ser estudada com profundidade, analisando medidas, ações e quais segmentos e produtos deveriam ter um foco diferenciado, para evitar eventuais colapsos industriais, fruto de concentrações em mono produtores, semelhantes às que ocorreram durante essa pandemia, e que ainda vivemos.

Pergunta: O Brasil tem que andar em velocidade acima da velocidade do mundo para não ficar cada vez mais

para trás! E no Novo Normal muito provavelmente haverá grande aceleração do mundo! e nós?

Resposta equipe Abiquim: O Brasil precisa de maior proatividade, de rapidez e desburocratização, de ambiente amigável a novos investidores, porque a competição no período pós pandemia deverá ser ainda mais intensificada e mais eletiva para decisão de novos investimentos.

É interessante notar, as várias ações em andamento e que devem impactar nessa “velocidade” necessária, na competição por novos players e investimentos, sejam de caráter macro, tipo as medidas previdenciárias, tributárias, e aquelas setoriais, tipo manutenção de leilões de óleo e gás, os programas Abastece Brasil (Refino), Reate, Renovabio, Novo Mercado de Gás, todos com profundas mudanças estruturais, para o curto, médio e longo prazos.

Essas ações de mudanças estruturais tomadas pelo Governo Federal indicam várias tentativas concretas de que o Brasil está “antenado”, em relação a necessidade de se reinventar, para enfrentar a concorrência internacional, e esses drivers poderão representar a grande força motriz, para a virada de chave de país do futuro, para um país de um presente promissor, mais justo e sustentável.

Pergunta: Onde está a vantagem de privatizar o gasoduto para depois pagar aluguel, onde está a vantagem nisso? Isso não altera o preço do gás, por que esse preço do aluguel?

Resposta Dra. Mariana Amim, consultora jurídica de energia Abiquim: Para que seja possível o entendimento do presente esclarecimento, devemos, preliminarmente, pontuar a indústria do gás natural em sua estrutura atual, de forma a demonstrar erro conceitual em seu questionamento, porquanto o GÁS PARA SAIR DA CRISE, que conta com o apoio da ABIQUIM em ação conjunta com demais órgãos e associações setoriais, não se presta a referendar privatizações específicas, seja de gasodutos ou demais ativos, e tampouco trata de alugueres.

Importa assim, informar que, no Brasil, nos termos do art. 20 da Constituição Federal de 1988, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva estão inseridos no patrimônio da União, garantindo-se aos Estados, Municípios e Distrito Federal a participação nos resultados da exploração de petróleo e gás natural. No mesmo sentido, o art. 176 da mesma Carta Magna estabelece que as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais pertencentes à União constituem propriedade distinta do solo para fins de exploração, garantindo-se ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

Por determinação constitucional, igualmente, a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, assim como o transporte do petróleo bruto de origem nacional ou derivados básicos de petróleo produzidos no País e o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem constituem monopólio da União, sendo a ela dado a contratação da execução ou realização dessas atividades junto a empresas estatais ou privadas em compatibilidade com as condições fixadas em lei

específica. A remuneração pela exploração, no caso, do transporte, se faz por tarifa.

Temos assim, que as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural classificam-se no ordenamento jurídico brasileiro como atividades econômicas monopolizadas pela União. Uma vez que o produto da lavra constitui direito e propriedade do explorador, seu desenvolvimento e comercialização devem atender aos princípios e normas constitucionais da ordem econômica, dentre essas, as que impõem ao Estado, enquanto agente normativo e regulador, o exercício de sua regulação, fiscalização, incentivo e planejamento.

No que respeita à exploração do transporte, em razão de problemas político-econômicos, a Petrobras, para reconquistar sua posição de confiança no mercado e atender a compromissos firmados com órgão de defesa da concorrência, determinou a venda de ativos, dentre esses alguns gasodutos. Esses dutos constituem bens privados, por vezes concedidos ou autorizados, conforme sua outorga, e sempre foram remunerados para sua utilização. Logo, o transporte de gás natural por meio de gasoduto jamais foi gratuito, mas sim remunerado e muito bem remunerado. Não se trata de aluguel, mas sim de remuneração tarifada.

A alienação de gasodutos, assim, nada se relaciona com alugueres e muito menos tem essência na privatização como desvantagem ou vantagem para a sociedade.

Ademais, a comercialização de gás natural não se confunde com o seu transporte, de forma que preços e tarifas, também, não se misturam, principalmente por tratarem-se de atividades exercidas por agentes diferentes da indústria do gás.

Neste contexto, na defesa dos interesses de suas associadas, a Abiquim, permanentemente, tem envidado esforços para a consolidação de um mercado de gás competitivo, que venha a garantir investimentos prudentes para sua expansão, em concomitância com a adoção de medidas destinadas ao surgimento de novos supridores e à livre comercialização do gás natural, mediante a definição pública e transparente de critérios e regras para o acesso ao imprescindível mercado livre e uso da malha dutoviária, em condições que efetivamente promova a livre concorrência. A atualização da Lei do gás tem por objetivo exatamente promover a abertura do mercado e propiciar a pluralidade de supridores.

[Clique aqui](#) para assistir a live “A importância da aprovação do PL do Gás para a competitividade da indústria brasileira” no canal da Abiquim no YouTube.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Abiquim recebe representantes do Ministério da Economia e do Banco Mundial para apresentação e debate sobre os Projetos PMR e PMI e precificação de carbono

O Comitê para o Desenvolvimento Sustentável da Abiquim promoveu, no dia 27 de julho, o webinar sobre os Projetos

PMR – *Partnership for Market Readiness* e PMI – *Partnership for Market Implementation*, iniciativas coordenadas pelo Ministério da Economia/SEPEC e Banco Mundial, que visam estudar e apoiar a adoção de instrumentos para a mitigação do processo de mudança do clima, em particular instrumentos de precificação de carbono.

O diretor geral da Croda América Latina, membro do Conselho Diretor da Abiquim e coordenador do Comitê para o Desenvolvimento Sustentável da Associação, Marco Carmini, explicou que o Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas foi criado para que o tema integrasse a pauta de trabalho de todos os associados, independente do porte da empresa, e para que o setor químico desenvolvesse uma posição e uma pauta sobre os desafios e oportunidades gerados por essa agenda.

Para alinhar o conhecimento dos membros do Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas, o Comitê para o Desenvolvimento Sustentável promoveu, durante o mês de julho, webinars gratuitos sobre estudos relacionados às mudanças climáticas. “A programação de webinars foi realizada para que os membros do grupo entendessem os cenários apresentados pelos diferentes palestrantes, capacitando-os para montar a agenda de trabalho a partir de agosto, que terá como um dos temas o *White Paper* desenvolvido pelo Projeto PMR do Banco Mundial (que será colocado para consulta pública até o fim de 2020). Acreditamos ter elementos para participar e posicionar a Abiquim de forma abrangente, pois queremos contribuir e colaborar institucionalmente”, afirma Carmini.

Os Projetos PMR e PMI, foram apresentados pelo coordenador de Economia Verde da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia, Gustavo Saboia Fontenele e Silva; pelo coordenador técnico do Projeto PMR Brasil do Banco Mundial, Guido Penido; e pela consultora do Banco Mundial para o Projeto PMR Brasil, Inaê Takaes Santos.

Segundo o coordenador de Economia Verde, Gustavo Saboia Fontenele e Silva, o projeto PMR Brasil foi construído com rigor técnico para entender as oportunidades geradas com a precificação de carbono e têm sido realizadas discussões com os setores que serão regulados. Sobre o sucessor do PMR, o PMI, Gustavo Fontenele destaca: “o projeto não avançará se não houver interesse e disposição do setor privado. A indústria química é um setor de elite e é relevante que ela forme seu juízo sobre o tema e das alternativas que o mercado de carbono pode abrir para o Brasil”.

A consultora do Banco Mundial para o Projeto PMR Brasil, Inaê Takaes Santos, afirmou que já existem 61 iniciativas de precificação de carbono no mundo e a forma que a precificação vai assumir, por meio de um tributo ou de um sistema de comércio de emissões, importa menos do que a decisão de precificar. “As iniciativas mundiais são uma mescla dos dois instrumentos e devido às características das emissões brasileiras, que tem participação do uso da terra, não faz sentido o Brasil importar uma iniciativa de outras jurisdições, não existe um instrumento igual ao outro, sendo necessário equilibrar os objetivos climáticos com o desempenho socioeconômico e os impactos para as indústrias e a população”.

O coordenador técnico do Projeto, Guido Penido, explicou que o PMI – *Partnership for Market Implementation* deverá ser iniciado em 2021, e destacou que, apesar do nome, não tem natureza vinculante, “ou seja, o país que entrar na fase de PMI não terá a obrigação de implantar um instrumento de precificação de carbono ao final do processo”, explica Penido. O PMI tem entre suas premissas promover as discussões sobre os arcabouços legais e políticas para a implantação de uma ferramenta de precificação de carbono. “São atividades que não estão diretamente ligadas à implementação, mas abrem caminho e possibilitam a implementação mais suave e bem feita dos instrumentos de precificação de carbono”.

O presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, agradeceu a participação dos palestrantes Gustavo Fontenele da SEPEC, do Ministério da Economia e do Projeto PMR do Banco Mundial, Inaiê Takaes e Guido Penido. “Destaco a importante parceria com o Ministério da Economia nas discussões sobre os instrumentos de precificação de carbono e coloco a equipe da Abiquim à disposição para acompanhar as próximas etapas dos projetos PMR e PMI”.

O Grupo Multidisciplinar sobre Mudanças Climáticas conta com integrantes das seguintes empresas associadas: Arlanxeo, BASF, Birla Carbon, Braskem, Cabot, Clariant, Croda, Deten, Dow, Evonik, Ingevity, Innova, Nitro, Oxiteno, Solvay e Wacker.

Profissionais das associadas da Abiquim podem se candidatar e participar do Grupo Multidisciplinar. Para participar é necessário encaminhar um e-mail para a gerente de Sustentabilidade da Abiquim, Aline Bressan, no endereço aline.bressan@abiquim.org.br. Os webinars preparatórios realizados em julho estão disponíveis na área reservada aos associados no site da Abiquim. [Clique aqui](#) para acessar.

COMÉRCIO EXTERIOR

SECEX publica Portaria sobre Regime Aduaneiro Especial de Drawback

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia (ME) publicou no Diário Oficial da União, do dia 27 de julho, a Portaria SECEX nº 44, de 24 de julho de 2020, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de drawback e altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, que dispõe sobre operações de comércio exterior. O novo marco normativo regulamentará a concessão e a gestão do regime pela SECEX, dos regimes aduaneiros especiais drawback suspensão e drawback isenção.

A Portaria define que, na modalidade drawback suspensão, a aquisição no mercado interno ou a importação, de forma combinada ou não, de mercadoria para emprego ou consumo na industrialização de produto a ser exportado poderá ser realizada com suspensão do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Adicional ao Frete para a Renovação de Marinha Mercante (AFRMM), tendo a Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT),

como órgão responsável pela concessão do regime de drawback suspensão. Já na modalidade Drawback isenção, as empresas continuarão a ter possibilidade da aquisição no mercado interno ou por meio de importação, de forma combinada ou não, de mercadoria equivalente à empregada ou consumida na industrialização de produto exportado poderá ser realizada com isenção do II e com redução a zero do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, cabendo à SUEXT também a concessão desta modalidade.

Para o gerente de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Eder da Silva, o regime aduaneiro especial de Drawback é extremamente relevante para o setor químico brasileiro, principalmente no atual contexto de pandemia da Covid-19. “A Abiquim vê o Drawback essencial para a competitividade do setor, principalmente neste momento que enfrentamos de combate à Covid-19, e advoga junto ao Governo Federal para aperfeiçoá-lo, podemos citar como exemplo, nossas ações de advocacy para a suspensão da cobrança do ICMS também na aquisição de mercadorias no mercado interno no Drawback Suspensão, bem como o retorno da isenção do AFRMM nas operações de importação no drawback isenção, contido no proposto no Projeto de Lei 1.765/2019, que está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA). A Abiquim também defenderá a manutenção não só do Drawback como também de outros regimes aduaneiros especiais nas discussões da reforma tributária”, destaca.

[Clique aqui](#) para acessar a Portaria SECEX nº 44.

REGULAMENTAÇÃO

Anvisa aprova a abertura de consultas públicas sobre notificação, registro e pós-registro de gases medicinais

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprova a abertura de consultas públicas para revisão da Resolução de Diretoria Colegiada nº 70, de 1º de outubro de 2008 (RDC 70/2008), que dispõe sobre a notificação, registro e pós-registro de gases medicinais e para a elaboração de Instrução Normativa sobre a lista de gases medicinais sujeitos a notificação.

A realização das consultas públicas foi decidida na 12ª Reunião Ordinária Pública de 2020 da Anvisa, realizada no dia 21 de julho. A diretora da Anvisa, Alessandra Soares, informou, durante a reunião, que a necessidade de revisão da RDC foi avaliada após consulta com autoridades reguladoras de outros países, visitas técnicas em plantas produtivas e de pesquisas, interações com o comitê técnico temático de gases medicinais da Farmacopeia Brasileira, e com a Abiquim, Associação que representa as empresas produtoras de gases medicinais do Brasil.

Também foi informado que a proposta de Instrução Normativa tem o objetivo de padronizar as informações sobre as indicações, contraindicações, precauções, ações adversas e interações medicamentosas que devem constar na rotulagem dos gases medicinais sujeitos à notificação.

A 12ª Reunião Ordinária Pública de 2020 da Anvisa está disponível no canal da agência no YouTube. [Clique aqui](#) para assistir. O tema é discutido a partir das *3 horas e 33 minutos* do vídeo.

A Comissão Setorial de Gases Medicinais atuou e tem atuado em conjunto com a Anvisa para que a elaboração destas propostas de regulamentação, que foram aprovadas para a consulta pública, estejam alinhadas com as necessidades e realidade tanto do setor produtivo como dos clientes e pacientes.

Mais informações com a assessora de Comissões Setoriais e Normas Técnicas da Abiquim, Renata Souza, pelo e-mail: renata.souza@abiquim.org.br.

FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA

Representantes do setor químico debatem com o deputado Daniel Almeida a atuação do Congresso Nacional para preservação do sistema brasileiro de defesa comercial

O deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), coordenador de Saúde e Segurança do Trabalho da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica), se reuniu novamente com representantes da indústria química, por meio de videoconferência, no dia 23 de julho.

O presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, abriu a reunião e apresentou as preocupações do setor com os possíveis efeitos nas mudanças do sistema de defesa comercial do Brasil, que podem prejudicar o alinhamento legal do País com o restante do mundo e fragilizar o sistema no País. Marino explicou que o setor químico é afetado por altos custos fixos de energia e matéria-prima em relação aos competidores internacionais e como essas mudanças podem afetar a retomada da economia brasileira.

O executivo da Abiquim ainda explicou que as mudanças propostas na circular SECEX nº 29/2020 está desalinhada com os compromissos exigidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC) e que elas elevam a discricionariedade da autoridade e a possibilidade de ampliação da insegurança jurídica. Também foi destacado que a discussão das mudanças em meio ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 prejudicaram o debate sobre o tema e lembrou que o Congresso Nacional tem a legitimidade para protagonizar o debate na formulação das políticas econômicas e comerciais para a retomada das condições de competição do País no pós-pandemia.

Também foram apresentadas as ações realizadas para tratativas do tema junto ao Poder Executivo e Legislativo e o pleito para a prorrogação da consulta por mais 180 dias para que elas ocorram em um momento mais

oportuno e com a participação do Poder Legislativo.

O deputado e coordenador de Saúde e Segurança do Trabalho da FPQuímica, deputado Daniel Almeida, destacou que desde o início da pandemia o parlamento atuou para acolher os pleitos que ajudassem o País a combater a Covid-19 e concordou com os pontos apresentados, especialmente considerando o contexto geopolítico. Também afirmou compreender a dimensão e urgência do tema e que nenhuma nação que se preocupa com o seu desenvolvimento pode abrir mão da indústria de base, como a química. O parlamentar ainda explicou que o tema de defesa comercial é ainda mais relevante nesse momento de retomada econômica.

A Abiquim está realizando uma série de audiências com parlamentares para discutir o cenário do setor. Já foram realizados encontros com os deputados Eduardo Cury (PSDB/SP), Afonso Motta (PDT/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS), Delegado Pablo (PSL/AM), Paulo Ganime (NOVO/RS), Marcos Pereira (Republicanos/SP), que também ocupa a vice-presidência da Câmara dos Deputados, e Evair Vieira de Melo (PP/ES), que também é presidente da Frente Parlamentar Mista do Comércio Internacional e do Investimento (FrenCOMEX).

Além do deputado Daniel Almeida e do presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, participaram da reunião o gerente de Relações Governamentais da Dow, Alexandre Amissi; o relações Governamentais da Innova, André Passos; o analista de Relações Governamentais da Braskem, Gustavo Boni dos Santos; e o diretor de Relações Governamentais da Rhodia Solvay, Marcelo Perracini. Pela Abiquim participaram a diretora de Assuntos de Comércio Exterior, Denise Naranjo; o gerente de Assuntos de Comércio Exterior, Éder da Silva; os assessores de Relações Institucionais, Lidiane Soares e Pável Pereira. Pela Umbelino Lobo participaram o diretor Antônio Marcos Umbelino Lôbo e o assessor Leonardo Nunes.



A Abiquim tem atuado no desenvolvimento dos trabalhos de sua Comissão de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalhador, no sentido de compartilhar e discutir práticas e programas de saúde e segurança voltados aos colaboradores e prestadores de serviços das empresas. O avanço deste trabalho resultou em uma redução de 61%, no período de 2006 a 2018, na taxa de frequência de acidentes com afastamento por milhão de horas de exposição.

Fonte: [Relatório de Desempenho Indicadores do Programa Atuação Responsável® ano base 2018](#)



Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)



- ✓ [Revista Borracha Atual – Instituto SENAI e indústria química desenvolvem projetos de economia circular](#)
- ✓ [Revista Borracha Atual – Indústrias realizam ações em benefício dos colaboradores e comunidades](#)
- ✓ [Revista Meio Filtrante – Relatório da Abiquim indica redução na exportação de produtos químicos no primeiro semestre](#)
- ✓ [Revista Borracha Atual – Déficit do setor químico é de US\\$ 14 bi no primeiro semestre](#)
- ✓ [TN Petróleo – Abiquim realiza no dia 24/07 a live “A importância da aprovação do PL do Gás para a competitividade da indústria brasileira”](#)
- ✓ [Revista Tintas & Vernizes – Abiquim lança Guia Orientativo para a Continuidade das atividades face à pandemia de Covid-19](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

[2º tri 2020: pandemia de coronavírus impacta resultados, conforme esperado](#)

[Evonik lança suplemento alimentar MEDOX® com pigmentos vegetais de mirtilo escandinavo nas farmácias da](#)

[Alemanha](#)

[Oxiteno firma parceria com EcoVadis para avaliar sustentabilidade na sua cadeia de fornecimento](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES*

Reuniões programadas nos dias 28 de julho a 3 de agosto

28 de julho

09h00 – Comissão Temática de Segurança de Processo

14h00 – Comissão Temática de Tecnologia

29 de julho

09h00 – Comissão Temática de Economia e Competitividade

30 de julho

09h00 – Comissão Temática de Gás Natural

10h00 – Comissão Temática de Preparação e Atendimento a Emergências (PAE)

*todas as reuniões serão realizadas por videoconferência

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).
